



CONTRATO DA EMPREITADA PEDU - PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO REABILITAÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL PER DE BALSELHAS



Clausula 4.ª Preço contratual

O encargo total da presente empreitada é Euros 417.002,34 (quatrocentos e dezassete mil, dois euros e trinta e quatro cêntimos) acrescido do IVA à taxa legal de 6%.

Clausula 5.ª Prazo de execução

O prazo para a execução da empreitada é de **cento e oitenta dias (180)**, contados nos termos do disposto no nº 1 do artigo 362.º do Código dos Contratos Públicos.

Clausula 6.ª Pagamentos

Os pagamentos à adjudicatária far-se-ão por medição e com observância do disposto na cláusula 26.ª do respetivo Caderno de Encargos, -----

O presente contrato está sujeito à fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, nos termos do disposto no art.º 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, republicada pela Lei n.º 20/2015, de 09 de março, conjugado com o n.º 1 do art.º 164.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Orçamento de Estado).-----

Haverá direito a revisão de preços, nos termos da cláusula 39.ª do Caderno de Encargos.

Clausula 7.ª Penalidades

Se a adjudicatária não executar a obra no prazo estabelecido na cláusula 5.ª do presente contrato, ficará sujeita ao pagamento da **multa** estabelecida na cláusula 11.ª do referido Caderno de Encargos, salvo motivo de força maior, como tal reconhecido pela Câmara.

Clausula 8.ª Garantia

Para efeitos de garantia dos trabalhos foi apresentada a Garantia Bancária n.º 962300488025189, no valor de 20.850,12 €, emitida a 18 de maio do ano em curso, pelo Banco Santander Totta, S.A, conforme decorre do n.º 1 do art.º 23.º do programa de procedimento, conjugado com os art.ºs 88.º e 89.º do referido Código.--

Clausula 9.ª Documentação que integra o contrato

Fa	zem parte integrante deste contrato:
a)	Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela entidade adjudicante, nos termos do disposto no art º 61 º do CCP:
b)	Os esclarecimentos prestados pela entidade adjudicante sobre as pecas do procedimento:
c)	O projeto e o caderno de encargos;
d)	A proposta adjudicada, que inclui os esclarecimentos apresentados pelo adjudicatário, a pedido do júr do procedimento.

Clausula 10.^a Disposições finais

O procedimento por **concurso público**, relativo à empreitada objeto do presente contrato, foi aprovado por deliberação camarária, tomada em reunião de **catorze de setembro do ano transato**, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro - Regime Jurídico das Autarquias Locais, conjugado com o n.º 1 do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO

Foi concedida uma comparticipação financeira do FEDER, à obra objeto do presente contrato, cuja operação é identificada com o código NORTE-05-4943-FEDER-000046, na sequência do Aviso de Abertura de Candidatura n.º NORTE-43-2016-18 - Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano. Pl 9.8 (9b), aprovada a 02.11.2017 e cujo termo de aceitação, por parte deste Município, foi formalizado em 17.11.2017.

O encargo total resultante deste contrato é de 442.022,48€, com inclusão do IVA, distribuído da seguinte forma:

- 375.719,11€ representa a comparticipação de 85% de fundos comunitários N.º sequencial de compromisso 38828
- 66.303,37€ representa a comparticipação de 15% do encargo a ser suportado pelo Município de Valongo

- N.º sequencial de compromisso 38829
O encargo está inscrito na rubrica orçamental: Classificação Orgânica 02 e Classificação Económica 07.01.03.07
Clausula 11.ª Foro competente
Para todas as questões emergentes do contrato, será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel.
Pelo representante do segundo outorgante foi dito que, na qualidade em que outorga, aceita o presente contrato nos seus precisos termos, obrigando-se assim as partes ao seu integral cumprimento
Primeiro Putorgante,
Segundo Outorgante,
Oficial Público,

